

A música como forma de conhecimento social *Entrevista: Micael Herschmann*

Marcelo Kischinhevsky¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ)

Ao longo da última década, Micael Herschmann, professor do Programa de Pós-Graduação (PPGCOM) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e pesquisador do CNPq, consolidou-se como o principal nome brasileiro dos estudos sobre as interfaces entre os campos da Comunicação e da Música. Carioca, historiador de formação, transita com desenvoltura entre os estudos culturais críticos e a Economia Política da Comunicação, produzindo pesquisas que resultaram em livros de referência transdisciplinar. Entre eles, *Indústria da música em transição* (Ed. Estação das Letras e das Cores, 2010), *Lapa, cidade da música* (Ed. Mauad, 2007) e a coletânea *Nas bordas e fora do mainstream musical. Novas tendências da música independente no início do século XXI* (Ed. Estação das Letras e das Cores, 2011), que reuniu um time de colaboradores como George Yúdice, Keith Negus, Luiz Albornoz e Felipe Trotta. Com Albornoz, aliás, lidera projeto de pesquisa internacional financiado pela CAPES e pela Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, unindo a ECO/UFRJ e a Universidad Carlos III de Madrid, sobre a economia da música no Brasil e na Espanha.

Aos 47 anos, comanda desde 2004 o Núcleo de Estudos e Projetos (NEPCOM) da ECO/UFRJ e, depois de atuar na coordenação do PPGCOM – único do país avaliado pela CAPES com a nota 6 – entre 2007 e 2009, tem se dedicado a consolidar o campo de estudos de Comunicação e Música. O último passo nessa direção foi a criação de um Grupo de Pesquisa na Intercom, o GP Comunicação, Música e Entretenimento, que estreou no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em 2012 na Unifor, em Fortaleza (CE), contabilizando 32 trabalhos submetidos, dos quais 30 foram aprovados. “Para um GP recém-fundado, é um início auspicioso. Acho que está se fortalecendo e amadurecendo uma rede nacional de pesquisadores de comunicação & música, com o *boom* dos eventos acadêmicos, em âmbito nacional, dedicados a estas reflexões e estudos”, diz Micael, referindo-se à proliferação de eventos dedicados a este campo interdisciplinar, como Musicom, MusiMid e Comúsica.

Influenciado pelo trabalho de Jacques Attali – que conheceu por meio de uma edição mexicana do clássico livro *Bruits* (1977), que propõe uma leitura da música (e do ruído) sob o prisma da economia política –, Herschmann vê as manifestações musicais como uma forma de acesso à realidade social e defende o resgate de uma “agenda expandida” de pesquisa e o diálogo entre a EPC e outras correntes teóricas de matriz crítica, possibilitando um “*mergulho*, de fato, no cotidiano dos atores sociais”. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Sua formação é de historiador, mas sua trajetória o aproximou da Comunicação nos anos 1990 e, na última década, o levou a um campo de estudos pouco

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ) e doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: marcelok@uerj.br

explorado: a interface entre Música e Comunicação. Seu trabalho apresenta clara influência da Economia Política da Comunicação, enfatizando questões como a economia da cultura e as políticas públicas, percebendo a música como uma indústria midiática. Como se deu esse percurso?

No início da minha trajetória acadêmica, pode-se dizer que mais do que um estudioso da música, eu me considerava um pesquisador do espaço urbano, que empregava a música como canal de acesso aos atores, ao cotidiano. Claro que ninguém mergulha no fascinante universo da música impunemente e hoje a música desempenha um papel crucial no meu trabalho, constitui-se em um campo do conhecimento. Acho que o livro *Indústria da Música em Transição*, que publiquei em 2010, certamente foi um marco na minha trajetória, marcou um momento de maior maturidade. Nesta publicação o leitor nota claramente que a música é apresentada não só como objeto, mas também como um instrumental teórico-metodológico. Evidentemente, esta mudança – na maneira de se relacionar com a música – foi ocorrendo à medida que fui reorganizando e tornando mais interdisciplinar e ousado meu ofício.

Sou um historiador da cultura (ou se preferir das mentalidades) de formação, que encontrou no campo da comunicação não só a possibilidade de poder realizar pesquisas em torno de temáticas mais contemporâneas, mas também mais liberdade (menos patrulhamento acadêmico) para desenvolver estudos, de uma perspectiva mais interdisciplinar. Sempre quis problematizar a realidade social, o entorno social. Hoje continuo utilizando a história como ferramenta, mas sem dúvida a antropologia e a sociologia são aliadas valiosas no meu ofício. Uma das coisas que mais aprecio no meu cotidiano como pesquisador é a oportunidade de realizar um denso trabalho de campo, com entrevistas e observações. É daí que extraio inspiração, que tento trazer contribuições para a renovação do pensamento acadêmico a respeito da sociedade contemporânea. De uns anos para cá, influenciado pela obra de [Jacques] Attali, comecei a defender também o campo da música como uma forma importante de conhecimento, de acesso à realidade social.

Entretanto, voltando a minha trajetória: no início dos anos de 1990, comecei a trabalhar com o universo da música por conta de questões sociais que mobilizavam imensamente os cariocas (naquela ocasião menos orgulhosos com sua cidade). Fui uma das testemunhas oculares dos arrastões das praias da Zona Sul e fiquei mexido com o *bullying* da cobertura midiática daqueles eventos. Assim, na minha tese analisei a questão da violência e da criminalidade frequentemente associada ao mundo do funk e aos funkeiros (infelizmente ainda hoje este debate continua sendo reeditado pelos setores mais conservadores da sociedade), tentando oferecer uma interpretação mais complexa que permitia questionar a tese de que vivíamos numa “cidade partida” naquela época. Este trabalho teve grande repercussão na ocasião (foi finalista do prêmio Jabuti, na categoria Ensaios) e foi então que percebi o quanto a música era importante – uma espécie de *élan social* – para estudar o Rio de Janeiro.

Analisando retrospectivamente, constato que minha tese de doutorado, depois convertida no livro *O funk e o hip-hop invadem a cena* (Ed. UFRJ, 2000), foi desenvolvida dentro de uma perspectiva dos Estudos Culturais, muito inspirada nos estudos desenvolvidos por importantes pesquisadores como Stuart Hall e Raymond Williams e que ela pavimentou a minha aproximação com a Economia Política da Comunicação, que se concretizou mais claramente na segunda metade da década passada.

Em conferência no Encontro Internacional da ULEPICC-Federação, em Madri, em 2009, você advogou uma reaproximação da EPC com os Estudos Culturais Críticos, argumentando que as duas vertentes de pesquisas teriam muito a ganhar com a retomada de um diálogo. De que forma, na sua opinião, a perspectiva da EPC pode ser enriquecida pela interlocução com outras vertentes teóricas?

Sempre tive grande admiração pela agenda de pesquisa proposta pelos Estudos Culturais britânicos (mais especificamente pela Escola de Birmingham) e estava de acordo com parte das críticas que alguns teóricos da EPC dirigiam aos estudos culturais. Estas críticas geraram grande mal estar ao denunciar que vinham sendo desenvolvidas nas últimas décadas (especialmente nos EUA) pesquisas nas quais se focaria em excesso a dimensão do consumo (segundo os críticos viria se praticando neste estudos uma espécie de “textualismo”, viriam se realizando pesquisas destituídas de uma perspectiva mais crítica e pouco comprometidas com a justiça social) e se deixariam de lado os aspectos e dinâmicas produtivas, que envolvem o objeto de estudo.

Concordo com importantes intelectuais ibero-americanos como García Canclini e Martín-Barbero de que precisamos voltar a desenvolver pesquisas abrangentes, necessitamos voltar a construir diagnósticos mais abrangentes. Evidentemente, não se trata de reeditar uma perspectiva totalizadora, isto é, reinvestir em utopias ou perspectivas modernas. Contudo, as sociedades destes países têm demandas expressivas, necessitam preencher algumas grandes lacunas e são, portanto, “famintas” dos resultados que podem ser alcançados por este tipo de estudos. Como sugere Martín-Barbero em um dos seus livros, *Ofício do cartógrafo*, é preciso que tentemos construir “arquipélagos” e/ou “mapas noturnos”, que deem conta em alguma medida da realidade ibero-americana. Entretanto, reconheço que tudo conspira contra hoje: poucas verbas destinadas à área de pesquisa e educação, disseminação de uma “cultura produtivista estéril” nos programas de pós-graduação das universidades e a rotina cada vez mais estressante da carreira acadêmica, entre outras dificuldades que se poderia mencionar. Na realidade, o que defendi no Congresso da ULEPICC de Madri foi o resgate da “agenda estendida”, postulada pela Escola de Birmingham. O próprio [Armand] Mattelart, com quem dividi esta mesa na ocasião, em seu livro escrito com [Érik] Neveu sobre os estudos culturais, já argumentava que, apesar do distanciamento e das polêmicas históricas que envolveram teóricos destas correntes, era ainda possível aproximar os estudos culturais da economia política da comunicação, desde que houvesse uma redefinição das agendas de pesquisa. Depois de alguns anos vendo estas correntes se distanciarem, Mattelart se mostrava um pouco mais cético quanto a esta aproximação, mas reconhecia a importância histórica da agenda de Birmingham.

Portanto, em função do tipo de pesquisa que desenvolvo sempre transitei como desenvoltura entre os pesquisadores da EPC. A minha discordância com a agenda da EPC é que dificilmente os pesquisadores desta corrente contemplam uma perspectiva mais antropológica, ou seja, realizam um “mergulho”, de fato, no cotidiano dos atores sociais. Acho que a adoção da antropologia como ferramenta de pesquisa poderia contribuir para tornar os estudos de EPC mais complexos e inovadores.

Nos últimos anos, seu trabalho tem focado diversas manifestações de ativismo cultural, como os festivais de música independente e a ação dos empreendedores do circuito do samba e do choro na Lapa, boêmio bairro carioca. Em que medida estas manifestações representam a emergência de novas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, num momento de transição do modo de produção capitalista? Não há certa romantização do ativismo por determinados pesquisadores, sobretudo os entusiastas das novas tecnologias de informação e comunicação?

Concordo que alguns pesquisadores acabam por simplificar um pouco o debate em torno das novas tecnologias da comunicação e informação. Em outras palavras, muitas vezes (e acredito que de forma involuntária) parte expressiva da literatura que trabalha com noções como Web 2.0 ou mesmo Música 2.0, termina por reduzir as reflexões em torno dos seus objetos de estudo. Acredito que isso ocorra porque é preciso que o pesquisador busque certo distanciamento e seja capaz de perceber (e a História enquanto campo de estudo é pródiga em exemplos) as *continuidades* e *rupturas* que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, especialmente nas últimas duas décadas. Por exemplo, minhas pesquisas com a indústria da música do século XXI sugerem mudanças importantes nos hábitos dos consumidores em relação aos fonogramas e aos direitos de propriedade (questões relacionadas às intensas trocas – a chamada pirataria – realizadas pelos atores utilizando as novas tecnologias), mas, ao mesmo tempo, estes estudos sugerem também continuidades na grande mobilização do público em torno da música ao vivo (palpável no crescente sucesso de cenas e circuitos locais ou de festivais).

De modo geral, nas minhas pesquisas, tento manter uma postura cautelosa, evitando construir uma argumentação apologética ou sombria da atualidade. Por exemplo, nas pesquisas que desenvolvi com os circuitos do samba e choro da Lapa ou da seresta de Conservatória [*distrito do Sul Fluminense*]: apesar do enorme sucesso destes casos (mesmo em uma época de crise da indústria da música) que estão alicerçados em concertos, apresentações ao vivo, há grandes dificuldades que vêm sendo enfrentadas por estas localidades e que afetam direta e indiretamente os atores envolvidos, seu cotidiano, a sustentabilidade destas atividades que gravitam em torno da música. Há grandes riscos e desequilíbrios nesses territórios, que dificultam a evolução dos patamares de DLS [*Desenvolvimento Local Sustentável*] já alcançados. Mesmo na pesquisa que venho elaborando sobre cenas locais, festivais independentes ou do *mainstream*: ainda que identifique estratégias interessantes, inovadoras e sustentáveis, tenho evitado tratá-las como um “modelo” (de negócio), que poderia ser transferido para outras situações e localidades. Este tipo de argumentação é bastante perigosa: simplifica a realidade social e o conjunto de reflexões que poderiam ser desenvolvidas.

De qualquer maneira, percebo que as relações produtivas e mesmo o capitalismo estão em transição hoje. É possível constatar idas e vindas, certa perplexidade dos atores sociais. Acho que cada vez mais nos distanciamos de um contexto fordista e industrial ou de serviços, passando a conviver mais diretamente com um capitalismo que privilegia a informação, o conhecimento, a experiência, espetáculo e os afetos. Neste contexto, o ativismo e engajamento dos atores sociais – que frequentemente emerge em torno da música ao vivo – pode ser significativo para ampliar a cidadania e a sustentabilidade dos territórios. Tomando como referência os casos já mencionados e estudados na minha última pesquisa: o estrondoso sucesso econômico da Lapa ou

mesmo de Conservatória não teria sido alcançado se não houvesse engajamento, uma mobilizadora afetividade dos artistas e consumidores, em relação a certos gêneros musicais – considerados “de raiz” – tais como samba, choro ou seresta.

Como você vê o papel da EPC hoje, no campo da comunicação e da cultura, num momento em que diversos países ibero-americanos rediscutem seus marcos regulatórios?

Acredito que a Economia Política da Comunicação vem desempenhando historicamente um importante papel no debate que visa repensar os marcos regulatórios nos países ibero-americanos. Os estudos da EPC são valiosos na construção de diagnósticos e propostas de renovação. Inclusive, vários pesquisadores desta corrente, em diferentes países, atuaram em comissões que realizaram um trabalho fundamental ao apontar os problemas dos marcos regulatórios anteriores e o que poderia ser aperfeiçoado. Várias dos argumentos desenvolvidos pelos intelectuais desta corrente de estudo foram adotados por diferentes países. Evidentemente, essas mudanças dependem de um xadrez político complexo e de atuação mais efetiva da sociedade civil, em diferentes contextos. De qualquer modo, acho que os pesquisadores da EPC devem continuar buscando ampliar o diálogo com a sociedade e com representantes de outras correntes de estudos. Na minha opinião, esta postura mais aberta é muito importante, pois muitas vezes os insucessos dos marcos regulatórios ou das políticas públicas ocorrem porque estes não são construídos de forma endógena e democrática. Acredito que no mundo capitalista atual os afetos e o ativismo da *multidão* podem ser significativos nestes processos tão importantes.

O tema do 4º Encontro Nacional da ULEPICC-Brasil, a ser realizado na UERJ em outubro, é “Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura”. Como você vê o atual papel do Estado na regulação dos mercados da comunicação e da cultura? Após praticamente dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o que mudou na sua opinião?

Considero esta discussão da maior relevância, apesar de nunca tê-lo tomado como enfoque central das minhas pesquisas. Contudo, sempre tentei – na minha atuação como pesquisador –, com minhas reflexões, subsidiar a reelaboração de políticas públicas que privilegiassem a pluralidade na comunicação e na cultura. Infelizmente, o retrospecto das políticas públicas adotadas, especialmente no Brasil, não é nada favorável. Os casos exitosos construídos no Brasil em geral não têm o “dedo do Estado” (aliás, quando o poder público entra em cena, de forma frequente, pela postura e cultura tecnocrática da instituição, tende a atrapalhar mais do que ajudar), isto é, os raros exemplos de sucesso são resultado da iniciativa associativa e criativa dos atores sociais. Claro que a dificuldade e a responsabilidade histórica não é do governo do PT. É sempre complicado conduzir o espinhoso processo de renovação de políticas públicas, mais democráticas.

E quanto ao Ministério da Cultura, cuja ministra, Ana de Hollanda, está prestes a completar dois anos de gestão sob constante fogo cruzado?

Evidentemente, houve um retrocesso nos últimos anos na gestão de Ana de Hollanda no MinC. Muito do que foi feito na gestão do [ex-ministro Gilberto] Gil e do [seu sucessor, o também ex-ministro Juca] Ferreira foi lamentavelmente abandonado. Mas confesso que não tenho muitas expectativas: na verdade, não acredito em políticas

que venham “conduzindo a sociedade”. Acredito que as políticas podem ser mais efetivas quando atendem ao “clamor” da mesma, isto é, quando vêm a reboque, fortalecendo iniciativas democráticas em curso. Além disso, para agravar e/ou complicar este quadro e o debate sobre políticas públicas, é possível constatar que as novas tecnologias não vêm cumprindo a expectativa que parte da sociedade tinha: se, por um lado, se ampliou o acesso e o espaço na dinâmica produtiva (pois só aparentemente a “cauda é realmente longa”), por outro lado, infelizmente boa parte do que é consumido no Brasil ou no mundo são produtos ou serviços chamados de *blockbusters*, produzidos massivamente pelas *majors* de comunicação, cultura e entretenimento.

Evidentemente, há exceções e nichos de mercado importantes que estão felizmente emergindo em todo o mundo: o setor da música no Brasil, inclusive, está incluído entre essas exceções. Meu interesse pelos circuitos e cenas está fundamentado nos indícios de que estes casos exitosos (de razoável sustentabilidade) vêm se tornando mais numerosos em diferentes localidades e, no futuro, podem fomentar a pluralidade cultural num mundo globalizado. Em resumo, acredito que este congresso [o 4^o Encontro Nacional da ULEPICC-Brasil] será uma ocasião especial para tratar dessas temáticas de grande importância e atualidade.

Quais os próximos passos em termos de pesquisa acadêmica?

Estou em vias de dar uma nova guinada no meu trabalho de pesquisa, deixando um pouco de lado as problemáticas diretamente associadas à transição da indústria da música e me voltando novamente aos estudos de cultura urbana (e culturas juvenis). Continuo refletindo sobre a capacidade das experiências musicais ao vivo, das sociabilidades e afetividades em mobilizar um significativo segmento da sociedade hoje. Contudo, pretendo me dedicar a estudar – nos próximos anos – a relação entre música, juventude e territorialidade, particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, nesta investigação pretendo buscar avaliar a importância das atividades musicais realizadas ao vivo – na forma de concertos, blocos e “rodas” –, para a revitalização de espaços da cidade do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto de que as “territorialidades sônicas-musicais” constroem novos mapas urbanos (mais ou menos temporários): com grande recorrência os espaços fragmentários das cidades contemporâneas são reconfigurados pelas sonoridades.

No caso do Rio, há uma “cultura musical de rua”, praticada especialmente por grupos juvenis, capaz de criar condições não só para a ampliação da sociabilidade, mas também para a ressignificação criativa dos espaços da *urbe*. Assim nos novos estudos que estou iniciando em breve, pretendo analisar a dinâmica de produção, circulação, divulgação e consumo de alguns grupos musicais de rua – os quais tocam com regularidade na área central da cidade, mobilizando expressivos segmentos sociais locais – que atuam no registro de “gêneros” importantes como samba, choro e jazz. Assim, pretendo analisar nesta pesquisa cenas/circuitos e suas respectivas territorialidades sônicas-musicais com o intuito de se refletir sobre as possibilidades de promover e alcançar patamares de Desenvolvimento Local Sustentável nesta localidade.

O que você tem lido?

No âmbito dos estudos de música, destaco três livros:

- YÚDICE, George. *Nuevas tecnologías, música y experiencia*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- FRITH, Simon. *Sound Effects*. Nova York: Pantheon Books, 1981.
- NEGUS, Keith. *Géneros musicales y la cultura de las multinacionales*. Barcelona: Paidós, 2005.

Mas há outras referências teórico-metodológicas importantes, às quais estou sempre retornando, como:

- ATTALI, Jacques. *Ruídos*. México: Siglo XXI, 1995.
- MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- DU GAY, Paul e outros (orgs.). *Doing Cultural Studies: the story of the Sony Walkman*. Londres: Sage, 1997.
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- JENKINS, Henry. *Fans, bloggers and gamers*. Nova York: New York University Press, 2006.

No momento, estou lendo uma coletânea muito interessante com os resultados de uma pesquisa realizada com jovens na cidade do México e Madri (que trata também do universo da música), coordenada por Néstor García Canclini, intitulada *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales* (Ed. Fundación Telefónica, 2012).

E o que tem ouvido?

Em geral, escuto tudo que cai na minha mão, sou bem eclético, escuto tudo que encontro na *web*. Ultimamente, tenho escutado, nos meus *playlists*, muitos fonogramas dos seguintes artistas: Céu (*Caravana sereia bloom*), EST (*Seven days of falling*), Jorge Drexler (*Amar la trama*), Stacey Kent (*The boy next door*) e Maria Bethânia (*Oasis*).